

Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: A Presença do Outro na Teoria e na Prática

Cláudia Álvares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

I. Introdução: Os Estudos Culturais e a Viragem Feminista

No ensaio intitulado ‘O Legado Teórico dos Estudos Culturais’, Stuart Hall procura traçar a genealogia desta disciplina, focando as relações de poder e de conhecimento visíveis nos três principais momentos de viragem dessa formação discursiva, nomeadamente o declínio do marxismo ortodoxo, o surgimento do feminismo e a emergência da questão racial. Insurgindo-se contra uma narrativa historicista dos estudos culturais, segundo a qual estes teriam um único ponto de origem, Hall distancia-se de uma visão teleológica e evolutiva: patente no seu artigo está a ideia de que os estudos culturais são uma disciplina sem fronteiras rigidamente demarcadas, redefinindo-se consoante as especificidades sociais, políticas e económicas que assinalam uma determinada conjuntura. Esta característica não constitui, obviamente, monopólio dos estudos culturais, estendendo-se a qualquer outra disciplina; no entanto, por se distinguirem pela abertura à alteridade, seja esta considerada em termos de classe, género ou raça, pressupõe-se uma maior auto-reflexividade nos estudos culturais do que noutras disciplinas. Subjacente à genealogia de Hall está uma desconfiança relativamente à superficialidade dessa abertura: nos referidos momentos de viragem constata-se tentativas de defender o território disciplinar de ingerências conjunturais externas.

Na década de 70, o feminismo revelou-se um momento particularmente ameaçador para o *status quo* teórico vigente, abalando os conceitos de poder e de subjectividade patentes nos estudos culturais. Ao colocar a questão do pessoal como pertencente ao foro político, revolucionou o conceito de poder que até então tinha sido desenvolvido no enquadramento teórico do espaço público. A conceptualização da subjectividade feminina do ponto de vista da interiorização do olhar masculino conduziu também à

diluição da fronteira que separava a ‘teoria social’ da ‘teoria do inconsciente’. Deu-se, assim, uma curiosa aproximação, nem sempre pacífica, entre os estudos culturais, o feminismo liberal e a psicanálise. (Hall, 2000: 73) Se num primeiro momento os estudos culturais procuraram promover a aceitação da teoria feminista no Centro de Birmingham, numa fase posterior esta mesma teoria tornou-se incómoda ao pôr em causa os pilares sobre os quais assentavam os estudos culturais de então.

Aqui não há líderes, dizíamos naqueles tempos; estamos todos, estudantes e corpo docente, unidos na aprendizagem da prática dos *Cultural Studies* ... E, todavia, quando se chegava à questão da leitura curricular ... Foi precisamente aí que descobri a natureza sexuada do poder. (Hall, 2000: 74)

A leitura curricular exemplifica os ‘silenciamentos’ eloquentes que se manifestam através de produtos culturais. Segundo Shulamit Reinharz, estes últimos são o resultado do entrelaçamento de actividade individual, organização social e tecnologia, podendo o seu estudo apontar determinados padrões de constituição de feminilidade/masculinidade. (1992: 147) Não admira, assim, que as análises de conteúdo, incidindo sobre artificios culturais, tenham sido privilegiadas por intelectuais feministas da década de 70, com o intuito de expor estruturas de poder que subjazem à representação de género na sociedade moderna. Cientes de que ‘muito do poder social e político se jogava na representação’ (Silveirinha, 2004: 5), essas teóricas começaram a encarar as identidades de género como uma construção social que interpelava os leitores a partir de textos mediáticos.¹ Os artigos de imprensa tornaram-se documentos populares para se efectuar análises empíricas destinadas a compreender quer as construções de género, quer os efeitos dessas representações no quotidiano das leitoras.

II. O Feminismo Liberal

¹ Os meus agradecimentos à Carla Martins por ter recenseado, no âmbito do Projecto ‘O “Feminino” na Imprensa Portuguesa: Representação, Negociação e Acção’ (POCI/COM/55780/2004), o livro *As Mulheres e os Média*, organizado por Maria João Silveirinha.

O que acontece quando as mulheres procuram viver em consonância com uma imagem que as priva de vontade própria? O que sucede quando as mulheres crescem dominadas por uma imagem que lhes nega a realidade de um mundo em mutação?

(Friedan, 1963: 38)

Implícito nestas questões está a valorização dos ideais liberais da sociedade ocidental, nomeadamente a emancipação, a igualdade e a autonomia individual, valores esses que se presume poderem conduzir à promoção de direitos sócio-económicos das mulheres. O feminismo liberal surge como uma aplicação dos princípios da filosofia política liberal – tais como desenvolvidos por Locke, Kant, Mill, Rawls, entre outros – às desigualdades políticas e económicas vividas pelo sexo feminino. Pressupondo que o desenvolvimento racional consiste no mais elevado ideal humano, a teoria liberal atribui ao Estado a responsabilidade de assegurar uma igualdade de oportunidades que permite a todos os cidadãos concretizarem o seu potencial. Assim, enquanto as feministas liberais de há um século lutavam pelo sufrágio e pelo direito de propriedade, as feministas liberais contemporâneas preocupam-se com questões salariais e profissionais. (Steeves, 1987: 392)

As análises de conteúdo que se debruçam sobre a representação do feminino nos media inserem-se na tradição do feminismo liberal, focando a ‘presença da ausência’ e os estereótipos de género. Gaye Tuchman, por exemplo, acusa os media de operarem um aniquilamento simbólico das mulheres ao condenarem, trivializarem ou ignorarem o feminino. Existe, para esta autora, uma incongruência entre o papel dos media enquanto espelho dos valores da sociedade e o seu papel enquanto produtores de símbolos sociais, símbolos esses que não constituem retratos literais da sociedade. Tal implica que a alteração de valores de uma sociedade nem sempre é reflectida pelos media: na guerra de audiências, os produtores dos media preferem investir em representações sociais que apelem ao maior número. (1978: 406-7)

Mais do que meramente reflectirem as condições sociais de uma determinada conjuntura, os media participam num processo de mediação entre os significantes textuais e os significados atribuídos a estes últimos pelos leitores. (Reinharz, 1992: 145)

Citando Gerbner, Tuchman defende que as audiências percebem quais os papéis de género socialmente sancionados através da representação do feminino nos media. (1978: 407) No domínio simbólico, a mulher aparece ligada ao lar, divorciada da produtividade económica da esfera pública, discriminada devido à invisibilidade do seu trabalho. Tais conclusões remetem para a desvalorização da esfera privada patente no feminismo liberal, corrente essa que se articula com as exigências capitalistas de protecção da autonomia individual e da igualdade de oportunidades. (Steeves, 1987: 392)

Dada a tónica colocada pelos estudos culturais em questões de classe e raça, o feminismo explorado pelos praticantes dessa disciplina distancia-se da perspectiva liberal, abrindo-se à mediação, por vezes tensional, entre esses factores. Bell hooks, por exemplo, alega que as mulheres da classe trabalhadora desconfiaram do movimento feminista desde os seus primórdios, por reconhecerem os limites inerentes à definição de ‘feminismo’. Para hooks, a dificuldade de se atingir um consenso relativamente a esse termo facilita a hegemonia de um feminismo liberal confortável, ‘de classe média-alta’, centrado em questões românticas de liberdade e igualdade. (1984: 23-4)

Ao afastar-se do liberalismo, o feminismo rompe com a ‘psicologia egoística’ das narrativas de legitimação, nas quais o indivíduo se reencontra consigo próprio, numa coincidência entre objectivos e realizações, no final da história.² Abrindo-se à teoria do inconsciente, o feminismo torna-se permeável à *différance*, ao eterno adiamento do significado. Como se traduz esse deslocamento no modo de relacionamento do feminismo com o marxismo e a questão racial? Na secção que se segue, procurarei demonstrar que o feminismo dilui a lógica dicotómica que rege os restantes dois momentos de viragem dos estudos culturais, diluição essa que está patente no próprio ingresso da esfera privada na pública, celebrado pelo lema ‘*the personal is political*’.

² A psicologia egoística remete para a escola norte-americana, que enfatiza a identidade soberana e a racionalidade em detrimento do inconsciente e do irracional privilegiados pela psicanálise lacaniana. (Stam, 2000: 159-60)

III. Feminismo Radical e Economia Libidinal

O feminismo radical pressupõe a existência de uma universalidade patriarcal, procurando contrapor uma essência feminista singular ao domínio cultural masculino. Tal como o marxismo ortodoxo, este tipo de feminismo assenta numa lógica dicotómica de dominação/subjugação, explorando questões relacionadas quer com o ‘lugar’ ocupado pelas mulheres num sistema de produção económico capitalista regido por relações patriarcais, quer com a reprodução dessas relações patriarcais no domínio ideológico do quotidiano. (Strinati, 1995: 197-8) A desigualdade existente entre as relações sociais de produção e de reprodução revela-se, segundo Susanne Mackenzie, na dicotomia que faz equivaler produção à masculinidade e reprodução à feminilidade.(1989: 56)

Ao celebrar uma essência universal feminina, o feminismo radical elegeu o conceito de reprodução como símbolo desse universalismo, procurando conferir-lhe uma conotação positiva. No entanto, para Gillian Rose, essa recuperação de um termo menosprezado pela cultura ‘masculina’ foi efectuada através do filtro de valores culturais burgueses ocidentais. Assim, a noção de lar enquanto espaço destinado à reprodução, o individualismo da figura materna isolada no lar e o desinteresse pela divergência feminina relativa ao significado de ‘lar’ remetem para o ideal burguês do privado.³ (Rose, 1993: 126-7) Nesta perspectiva, a investigação feminista que enfatiza a reprodução como manifestação de uma essência feminina apaga questões de classe e de raça, assimilando as mulheres no seio de uma totalidade homogénea. (Álvares, 2003: 34)

³ O feminismo negro tem criticado a distinção entre público e privado, enfatizando a inflexão racial do privado. Nesta perspectiva, tal cisão deriva do culto de domesticidade proveniente da burguesia branca, sendo que, para os negros, o conceito de ‘privado’ refere-se a espaços dirigidos apenas à comunidade negra, masculina e feminina, espaços esses interditos a brancos. (Rose, 1993: 126)

O feminismo dos estudos culturais, constituindo um elo de mediação entre factores raciais e de classe, procura afastar-se quer do feminismo liberal, quer do feminismo radical, devido ao facto de ambas estas correntes se fecharem sobre si próprias. Esse distanciamento do liberalismo e do radicalismo traduz-se, em termos simbólicos, numa substituição da economia de troca por uma economia libidinal. ‘Generalizada pelo capitalismo’, a economia de troca fundamenta-se no dualismo de significante/significado, recusando a ‘errância’ textual da significância. (Coelho, 1974: 26) O sujeito, enquanto significante, remete para um significado de utilidade pública ao Estado, sendo reduzido, segundo Venn, ‘às leis contabilísticas da administração de corpos e de mercadorias’.⁴ (1984: 135, 141)

Ao pensar a fruição e o inconsciente, uma economia libidinal permite ‘assumir o erro e a errância’, (Coelho, 1974: 26-7) isto é, a não coincidência entre intenções e realizações, entre significantes e significados. Em *Visual Pleasure and Narrative Cinema*, Mulvey recorre à psicanálise lacaniana para demonstrar que o cinema não pode ser reduzido a um instrumento que propaga estereótipos femininos em nada semelhantes à mulher real; consiste, antes, num veículo ideológico que cria o imaginário feminino. O cinema pertence ao domínio da fantasia, onde a mulher é produzida e lida por meio de signos. Neste contexto, convém lembrarmos da afirmação lacaniana segundo a qual a mulher existe apenas como fantasia masculina, o que não quer dizer que ela não exista mas que só nos é permitido conhecê-la através dos signos que constituem a sua feminilidade. É este um efeito da lei paterna universal, significando a inexistência de uma essência feminina, o que implica, por sua vez, a impossibilidade das mulheres fugirem ao feminino como ficção sustentada pela fantasia masculina. A solução proposta por Mulvey é a de que o prazer desfrutado pelas mulheres enquanto espectadoras de fantasias opressivas seja substituído por um ‘desprendimento passional’ (*passionate detachment*), possibilitado ao se lhes revelar a natureza construída dessas identidades cinematográficas. (Blackman *et al.*, 2001: 81-2; Mulvey, 1975: 163, 165-6)

⁴ Essa redução do sujeito ao conceito de utilidade é compatível com as técnicas de disciplinarização que procuram maximizar as capacidades e a produtividade do corpo.

IV. Em Busca de uma Tipologia

Embora as análises de conteúdo feministas sejam frequentemente criticadas quer por se debruçarem demasiado sobre os aspectos denotativos dos textos, quer por reflectirem os valores do feminismo liberal, pretende-se aqui defender que aquelas relevam, à maneira da análise de Mulvey, a natureza construída da identidade de género a partir do estudo da representação do feminino em textos mediáticos ou literários. O instrumento central de qualquer análise de conteúdo consiste na elaboração de uma tipologia de categorias: atribuem-se uma ou mais categorias a cada unidade de análise por forma a que se possa quantificar a sua frequência. Questões concretas relativas ao objecto de estudo terão de ser colocadas de modo a que se possa desenvolver essa tipologia. (Wodak *et al.*, 2000: 58, 229, 231)

Tendo em conta que as variáveis sob investigação derivam da questão colocada, torna-se essencial examinar as questões delineadas em torno do objecto de pesquisa. Aproveitamos aqui para discutir possíveis questões que darão lugar a uma tipologia no âmbito do Projecto POCl, financiado pela FCT, intitulado ‘O “Feminino” na Imprensa Portuguesa: Representação, Negociação e Acção’, ainda em fase incipiente. A análise crítica de artigos de dois diários (‘Público’ e ‘Diário de Notícias’), dois semanários (‘Expresso’ e ‘Independente’), dois jornais populares (‘Correio da Manhã’ e ‘24 Horas’), duas revistas semanais (‘Visão’ e ‘Focus’), duas revistas cor-de-rosa (‘Caras’ e ‘Nova Gente’), duas revistas masculinas (‘Maxim’ e ‘Man’s Health’) e duas revistas femininas (‘Cosmopolitan’ e ‘Mulher Moderna’) servirão de base para uma reflexão sobre o feminino enquanto sujeito e objecto de notícia.

As questões que orientarão o nosso eixo de pesquisa são as seguintes: como é que o feminismo é representado pela imprensa portuguesa? Quais as articulações do feminismo com factores de classe e de raça na imprensa portuguesa? Qual a imagem do feminismo veiculada pelas mulheres representadas na imprensa portuguesa? Qual a compreensão de poder feminino transmitida pela imprensa portuguesa? Qual a relação das mulheres com a esfera pública na imprensa portuguesa? Qual a relação das mulheres com a esfera privada na imprensa portuguesa? Quais os estereótipos do feminino visíveis na imprensa portuguesa?

No respeitante à questão relativa à representação do feminismo na imprensa portuguesa, pensamos que as categorias de análise elaboradas neste contexto remeterão para o feminismo liberal e o feminismo radical. O feminismo liberal manifesta-se através de valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia e pelo combate à ‘discriminação’. Julgamos ser o feminismo radical de particular relevância no que toca à representação quer de movimentos feministas estrangeiros, quer de ‘protagonistas’ feministas portuguesas tornadas célebres no período imediatamente posterior ao 25 de Abril. No entanto, no caso português partimos do pressuposto de que existe ainda uma outra corrente, a do feminismo católico, que se articula com o liberalismo de modo contraditório: se por vezes o feminismo de inspiração católica vai ao encontro de algumas aspirações liberais, simultaneamente afasta-se dessas reivindicações no respeitante a determinados temas ligados à sexualidade e à maternidade. É também nossa intenção explorar o cruzamento do feminismo liberal com outras exclusões, nomeadamente a social e a racial, traçando-se, para esse efeito, as conexões estabelecidas entre discriminação sexual e profissionalização, discriminação sexual e grau de instrução, discriminação sexual e proveniência social, discriminação sexual e países em vias de desenvolvimento, discriminação sexual e imigração.

A imagem do feminismo veiculada por mulheres representadas na imprensa portuguesa articula-se com a questão anterior: no entanto, aqui focaremos a mulher enquanto sujeito de notícia cuja opinião sobre o feminismo legitima/invalida a representação do feminismo em notícias que se debruçam sobre as mulheres como objecto de notícia.

A definição de poder feminino por parte da imprensa portuguesa entrecruza-se com as duas questões seguintes, relativas à relação das mulheres com as esferas pública e privada. Procuraremos analisar o modo como o poder feminino é definido a partir da sua integração no domínio da produção por um lado e no domínio da reprodução por outro. Esta análise reflectirá os estereótipos de papéis femininos nas duas esferas, apontando possíveis interligações de público e privado nessas representações.

Presumimos que estas quatro linhas conducentes à elaboração de categorias de análise possam ser, à primeira vista, estudadas sob as seguintes vertentes: as atitudes, os objectivos, o grau de credibilidade dos agentes, os meios utilizados para os agentes atingirem objectivos, as coordenadas espaço-temporais das acções, a causa de conflitos nas acções e, por fim, o resultado desses conflitos. (Holsti, 1968: 645)

Embora esta análise seja essencialmente empírica, pretendemos, numa segunda fase, debruçar-nos sobre as contradições entre mensagens explícitas e implícitas. Tal envolve uma leitura dupla que aponta a ambivalência de significados. Se ao nível linguístico pode haver uma adesão a ideais feministas, essa aparente celebração é por vezes travada por fronteiras visuais, nomeadamente por imagens que revestem os valores liberais do feminismo de uma carga negativa. (Eggins *et al.*, 1997: 191) Ao focar as ambivalências inerentes à representação do feminismo, abre-se caminho à análise de uma economia libidinal que se manifesta para além das fronteiras que regulam o mapeamento discursivo do feminino. Nesse processo, esperamos poder realçar o papel dos media enquanto filtro de ‘pluralismo’ das sociedades liberais contemporâneas, servindo como mediador entre discursos de diferença e a manutenção da ordem social vigente.

Bibliografia:

Álvares, Cláudia (2003) *‘Entre Prisão e Exílio: Rompendo com a Cartografia do Feminino’*, in Rogério Ferreira de Andrade (org.), *Revista Caleidoscópio* nº 3. Lisboa: Edições Lusófonas, pp. 27-39.

Blackman, Lisa *et al.* (2001) *Mass Hysteria: Critical Psychology and Media Studies*. Nova Iorque: Palgrave.

Coelho, Eduardo Prado (1974) *‘Prefácio: Aplicar Barthes’*, in *O Prazer do Texto*. Lisboa: Edições 70.

Eggins, Suzanne *et al.* (1997) *‘Difference without Diversity: Semantic Orientation and Ideology in Competing Women’s Magazines’*, in Ruth Wodak (org.), *Gender and Discourse*. Londres: Sage, pp. 165-196.

Friedan, Betty (1963) *The Feminine Mystique*. Nova Iorque: Dell.

Hall, Stuart (2000) *‘O Legado Teórico dos Estudos Culturais’*, trad. Cláudia Álvares, in José Bragança de Miranda *et al.* (org.), *RCL*, nº 28. Lisboa: Relógio d’Água, pp. 65-81.

Holsti, Ole R. (1968) *‘Content analysis’*, in G. Lindsey *et al.* (org.), *The Handbook of Social Psychology*, Vol. 2: Research Methods. Reading: Addison- Wesley, pp. 596-692.

Hooks, Bell (1984) *‘Feminism: A Movement to End Sexual Oppression’*, in Sandra Kemp *et al.* (org.), *Feminisms*. Oxford: Oxford University Press, 1997, pp. 22-27.

Macdonald, Myra (1995) *Representing Women: Myths of Femininity in the Popular Media*. Londres: Edward Arnold.

Mackenzie, Susanne (1989) 'Women in the city', in R. Peet *et al.* (org.), *New Models in Geography. Volume 2: The Political Economy Perspective*. Londres: Unwin Hyman.

Mulvey, Laura (1975) 'Visual Pleasure and Narrative Cinema', in Antony Easthope *et al.* (org.), *A Critical and Cultural Theory Reader*. Buckingham: Open University Press, 1994, pp.158-166.

Reinharz, Shulamit (1992) 'Feminist Content Analysis', in *Feminist Methods in Social Research*. Oxford: Oxford University Press, pp. 145-163.

Rose, Gillian (1993) *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press.

Silveirinha, Maria João (2004) 'Os Media e as Mulheres: Horizontes de Representação, de Construção e de Práticas Significantes', in M^a João Silveirinha (org.), *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 5-12.

Stam, Robert (2000) 'From Linguistics to Psychoanalysis', in *Film Theory: An Introduction*. Oxford: Blackwell, pp. 158-169.

Steeves, H. Leslie (1987) 'Feminist theories and Media Studies', in Oliver Boyd-Barrett *et al.* (org.), *Approaches to Media*. Londres: Arnold, 1995.

Strinati, Dominic (1995) 'Feminisms', in *An Introduction to Theories of Popular Culture*. Londres: Routledge, 2000, pp. 177-219.

Tuchman, Gaye (1978) 'The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media', in Oliver Boyd-Barrett *et al.* (org.), *Approaches to Media*. Londres: Arnold, 1995.

Venn, Couze (1984) 'The Subject of Psychology', in *Changing the Subject: Psychology, Social Regulation, and Subjectivity*. Londres: Routledge, 1998.

Wodak, Ruth *et al.* (2000) 'Content Analysis', in *Methods of Text and Discourse Analysis*. Londres: Sage, pp. 55-73.

Wodak, Ruth *et al.* (2000) 'Comparison of Methods of Text Analysis', in *Methods of Text and Discourse Analysis*. Londres: Sage, pp. 226-236.